



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES/AS NEGROS/AS NO ENSINO SUPERIOR

*Marisleila Júlia Silva¹ (PG), marisleila.silva@ueg.br, Raimundo Márcio Mota de Castro² (PQ)

¹ Universidade Estadual de Goiás – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Avenida Juscelino Kubitschek, 146, Bairro Jundiá, Anápolis-Go - Campus Jundiá

² Universidade Estadual de Goiás – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Avenida Juscelino Kubitschek, 146, Bairro Jundiá, Anápolis-Go - Campus Jundiá

Resumo: Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT). Teve como problema norteador desvelar os sentidos e implicações de formação e relações socioculturais que emergem nas narrativas constituídas por professores/as negros/as no campo educacional? A seleção dos professores (a) que compõem o *corpus* da pesquisa obedeceu aos seguintes critérios: professores que atuam no ensino superior e pertença à população negra. Suas histórias de vida foram coletadas por meio de narrativas (auto)biográficas as quais são parte essencial das reflexões realizadas nesse trabalho. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica com aproximação com o método fenomenológico. As discussões teóricas foram ancoradas nos estudos científicos de Cavalleiro (2001); Gomes (2001), (2005), (2006), (2007); Munanga (2005), (2006) (2007), (2009); Silva (2005); Silva (2014); Oliveira (2009); Guimarães (2012); Schwvarcz (1993), (2012). A pesquisa revelou três questões centrais: a desigualdade racial está imbricada à questões sociais. A educação é para o negro/a um caminho de ascensão social, contudo, é de um caminho que vai na contramão da realidade brasileira onde essa população ainda se vê excluída dos processos de ascensão e permanência nos espaços profissionais.

Palavras-chave: Relações raciais negras. Educação. Diversidade. Narrativas (auto)biográficas.

Introdução

As relações raciais negras no Brasil historicamente têm apresentado evidências que reforçam o que afirma Souza (2001, p. 51) “não há dúvida de que no embate racial no Brasil, brancos estão na condição de beneficiários das estruturas



históricas”. Nos últimos anos, porém, emergem discussões sobre as relações raciais negras, especialmente no campo da educação e as diferenças culturais tem sido objeto de inúmeros debates, reflexões e pesquisas. De acordo com a mesma autora, as questões e os desafios se multiplicam diante da constatação de que o preconceito racial é uma realidade no Brasil, ressalta ainda que “não há integração e nem democracia racial”.

As buscas de construção de processos educativos culturalmente referenciados que possam integrar efetivamente todos os povos e raças se manifestam como parte e se intensificam. Nesse universo de preocupações, os estudos sobre relações étnico-raciais vêm se projetando nos movimentos sociais e, especialmente nas últimas décadas, também no espaço acadêmico, a ponto de interferir de forma concreta em políticas públicas e ações governamentais.

O Brasil se destaca entre as grandes nações do mundo como um país multirracial e abriga um contingente significativo de descendentes de africanos dispersos na diáspora. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), por meio do Censo Demográfico de 2010, foram apresentadas mudanças na composição da cor ou raça declarada no Brasil.

Dos 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se declararam brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil como indígenas. Os estudos revelaram uma redução da proporção de brancos, que em 2000 era 53,7%, e em 2010 passou para 47,7%, e um crescimento de negros (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%). Sendo assim, a população negra e parda¹ passou a ser considerada maioria no Brasil (50,7%). (IBGE, 2010)

Essa distribuição demográfica apresenta mais do que números, deixa transparecer uma nova concepção em que diferentes interpretações no campo

¹Para os estudiosos e para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a categoria “negros” representa a somatória de pretos e pardos.



econômico, político e sociológico. Gomes (2007), alerta que o fato de agregar as categorias “pretas e pardas” é mais do que uma escolha política, é um fator desencadeador de uma nova concepção de identidade da população negra brasileira. Uma identidade que não está construída apenas em oposição ao branco, mas pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este, e outros grupos étnico-raciais. Ainda de acordo com Gomes (2007, p. 98):

As identidades e as diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Nesse jogo complexo, vamos aprendendo, aos poucos, que os contornos da nossa identidade são estabelecidos pelas diferenças e pelo trato social, cultural, histórico e político que estas recebem durante seu processo na sociedade.

Diante desse contexto, inicio a discussão sobre as relações raciais negras no Brasil fazendo um recorte a partir da década de 1980, quando da abertura política e democratização da sociedade, suscitando também uma nova forma de representação e atuação política da população brasileira.

Nesse período, representantes dos movimentos de resistência negra passam a atuar de maneira mais ativa e intencionando a implementação de políticas públicas voltadas para uma educação antirracista por meio dos novos movimentos sociais e novas formas de reivindicações políticas. Nesse contexto, destaco a ativa participação do Movimento Negro (M.N) travando uma luta para que a questão racial seja reconhecida como uma forma de opressão que ainda se encontra arraigada nas relações sociais, econômicas brasileiras, reforçando a exploração e as desigualdades, pois conforme alerta Gomes (2007, p. 100): “os negros ainda em grande maioria, encontram-se representados de forma precária e, por vezes, subalterna, nos escalões de poder”. Ainda segundo a autora:

Essa trajetória histórica e política do Movimento Negro se desenvolvem imersa nas várias mudanças vividas pela sociedade brasileira ao longo dos últimos anos e se dá de forma articulada com as transformações na ordem



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



internacional, o acirramento da globalização capitalista e a construção das lutas contra hegemônicas. (GOMES, 2007, p.100).

Mesmo diante dos desafios, a luta do Movimento Negro impulsiona em todo país as discussões sobre igualdade de direitos na década de 1990. A pressão para que o Estado elabore e efetive políticas públicas de enfrentamento da realidade vivenciada pelo negro no Brasil. Nesse contexto, emerge um novo olhar e outras políticas para a efetiva inserção e valorização da cultura negra e, nesse aspecto, a escola e o currículo passaram a ser vistos como uma forte estratégia para que práticas de combate ao racismo fossem efetivadas. Ao discorrer sobre as ações afirmativas para a população negra no Brasil, Silva (2002, p. 107) afirma que:

O principal objetivo da ação afirmativa para as pessoas negras é combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem psicológica. Outra meta importante é introduzir mudanças de ordem cultural e de convivência entre os chamados “diferentes”. Para alcançar esse fim, no caso brasileiro, é preciso criar as condições para que as pessoas negras possam acessar boas escolas e se desenvolver em profissões de prestígio, até agora destinadas a certos grupos sociais [...].

A partir desse momento, as reivindicações passam a vislumbrar outra intervenção política: a denúncia da postura de neutralidade do Estado frente à desigualdade racial e a adoção de políticas de ações afirmativas e a intervenção no interior do próprio Estado promovendo a participação do movimento negro nas administrações municipais e estaduais de caráter progressista, bem como no próprio governo federal. Contudo, essa inserção acontece, de forma discreta, se comparada ao segmento branco da população. Como afirma a autora “para que um programa de ações afirmativas seja efetivo, oferecer oportunidades é apenas um dos primeiros passos.”

Carvalho (2006, p. 68) afirma que o “Brasil foi obrigado a apresentar uma proposta de ações afirmativas na Conferência de Durban, principalmente, como resposta não somente às demandas do Movimento Negro, mas também às pressões

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



da comunidade internacional”. Ainda que as decisões tomadas em instância federal tenham sido para fruto de muitas pressões e não por convicção ideológica por parte do governo, as mudanças surgem trazendo esperança para a população negra.

A relação do governo com os grupos minoritários assume um perfil singular e sem precedentes na nossa história republicana. No caso específico do Movimento Negro, que fez crescer sua agenda de reivindicações e sua capacidade de mobilização ao longo das décadas de 1980/1990, desde 2003 muitas das suas principais lideranças fazem agora parte do governo. [...] A pressão passa a ser maior para o negro, porque, para desempenhar-se “bem” na esfera de governo, ele deve renunciar a certos aspectos e estilos de conduta e de comunicação aprendidos na sua interação, senão exclusiva, pelo menos concentrada, com membros da comunidade negra.

Essa participação foi relevante para a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em 2004, considerado um grande marco entre as conquistas advindas de muita resistência e luta da população negra brasileira contra exploração, marginalização, preconceito e discriminação racial e das pressões para que o Estado Brasileiro legitimasse estas questões.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparação, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados. (BRASIL, 2004, p. 11).

Nessa sequência de discussão sobre educação para as relações raciais com foco no currículo da educação básica, foi promulgada a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que alterou novamente a LDB para incluir no currículo oficial da rede de ensino, pública e privada, a educação da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Outras iniciativas foram somadas ao conjunto de leis, normas e diretrizes, já citadas, voltadas para a reparação, reconhecimento e valorização de

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



ações afirmativas no campo da educação para as relações étnico-raciais, entre elas, os elaborados pelo Ministério da Educação, onde destacamos as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006) e a Instituição do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010).

Material e Métodos

A pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica com análise de narrativas (auto)biográficas, conduzida a partir dos estudos da representação social o que traz uma aproximação do método fenomenológico. Os sujeitos da pesquisa são professores/as que atuam no ensino superior no Campus da UEG/ de São Luís de Montes Belos, sendo estes dois homens e uma mulher, que de forma espontânea se dispuseram a contribuir com suas experiências de vida para construção dessa pesquisa.

O perfil dos professores se caracteriza por serem dois do sexo masculino e uma do sexo feminino e estarem na faixa etária entre quarenta e cinquenta anos, docentes do ensino superior nos cursos de Pedagogia, Letras, Medicina Veterinária, Tecnologia em Laticínios e todos no momento estão em cargo de gestão, como coordenadores de curso e coordenador pedagógico.

Como parte da metodologia, foi realizada a análise de narrativas (auto) biografias dos professores estas, se assentam necessariamente no tempo histórico, na dinamicidade que possibilita apreender as estruturas de relações sociais e os processos de mudança. São também dialéticas, pois constantemente os relatos estão sendo colocados em confronto durante a investigação.

Resultados e Discussão

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Entre os resultados da pesquisa ressalto que a realidade da população negra no Brasil é marcada pela ausência de representatividade em diversas funções no mercado, o que reforça os indícios de que a democracia não se efetiva conforme disposto na Constituição Federal. Nesse contexto, ainda continua em trânsito um lento processo de redemocratização social.

Em relação ao acesso à educação os dados divulgados pelo IPEA (Retrato das Desigualdades de Raça e Gênero-20 Anos), relevam que a escolaridade das pessoas adultas expõe o diferencial de cor/raça. Apesar dos avanços nos últimos anos, com mais brasileiros e brasileiras chegando ao nível superior, as distâncias entre os grupos perpetuam-se. Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 (quatro) vezes, mas quando comparamos os dados, fica evidente a grande discrepância. A população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca.

A pesquisa vai revelando dados que comprovam que a população negra não está inserida no âmbito social, político e educacional, expondo uma realidade de desigualdades nos mais diferentes aspectos. Em relação aos empregos encontrando-se em majoritariamente na informalidade, com renda baixa, e em situações de maior vulnerabilidade. A falta de oportunidades quanto ao acesso ao

A situação retratada evidencia que, mesmo após a superação dos obstáculos enfrentados no processo de formação, superada também a necessidade de apoio para conseguir colocar-se nas instituições em que trabalham, os sujeitos desta pesquisa se depararam com a constatação em que, mesmo após terem galgado a ascensão social, ainda a cor da pele permanece como fator decisivo e tem causado

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



dificuldades para os professores, em especial para as professoras, onde as regras da aparência são muito mais rígidas e exigentes.

Apesar das pesquisas revelarem situação de injustiça em que a população negra ainda é submetida, o debate sobre as relações étnico-raciais como campo de pesquisa ainda é permeado de conflito e requer profundas reflexões, há ainda, muito o que se construir e reconstruir conhecimentos sobre o tema, a fim de contribuir para a modificação das relações raciais desiguais no Brasil, especialmente no que se refere aos processos de formação escolar.

Considerações Finais

Com o desenvolvimento da pesquisa narrativa pude conhecer um pouco da trajetória dos professores/a colaboradores/a. Por ser professora, interessou-me também entender o papel da instituição escolar e sua complexa dinâmica. Dessa forma o objetivo foi se desencadeando: uma reflexão acerca das vivências e experiências dos professores/a negros/a, através da análise de suas próprias narrativas.

As narrativas corroboraram com os estudos teóricos realizados durante a pesquisa. Ao considerar a origem social e o pertencimento às camadas populares dos professores/a pude perceber que estes se agarraram aos estudos e galgaram ascensão social via educação, enfrentando com muita garra os desafios postos pelas barreiras financeiras, preconceito e discriminação raciais ao longo de suas trajetórias. A luta política e envolvimento também se fizeram presentes em suas trajetórias.

O olhar para o passado dos primeiros movimentos de grupos negros revelou que a luta por direito à educação é antiga e pode ser marcada por intensos momentos da história da população negra. Desde o período da escravidão onde já era travada uma luta pelo igual direito de acesso ao ensino escolar, vetada pelo Estado brasileiro aos escravizados e seus descendentes até o momento em que





V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



marca a luta por garantir a alunos negros as condições de ingresso na vida universitária, até pouco tempo reservada às elites no Brasil.

Agradecimentos

Agradeço a FAPEG pelo incentivo à pesquisa, à UEG/PPG-IELT, pela oportunidade da formação continuada, à Universidade Estadual de Goiás, (UEG), à SEDUCE por conceder-me licença para aprimoramento. Especialmente agradeço ao professor e orientador Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro, pela generosidade em não apenas orientar o percurso, como também, motivar-me no processo de leitura, produção e consequentemente a construção do conhecimento.

Referências

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil.** Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em 15 abr. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. <Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm > Acesso em 15 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº. 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília 2003. <Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm > Acesso em 20 maio 2017.

CARVALHO. José Jorge de. Ações afirmativas como base para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil In: GOMES, Nilma

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Lino, MARTINS, Aracy Alves. (Orgs.) **Afirmando direitos**: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. P.61-96

GOMES. Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 97-109.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese dos Indicadores de 2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2010 [acesso em 11 de nov 2017]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf

IPEA. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas> 5 jun. 2017 ... O **Atlas da Violência 2017**, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desigualdades raciais, Racismo e políticas públicas**: 120 anos após a abolição. Brasília, IPEA, Diretoria de Estudos Sociais, 2008.

SILVA, Maria Aparecida. Ações afirmativas no Brasil. (In.) **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002, p. 105-122.

SOUZA, Elisabeth Fernandes de. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e antirracismo** na educação. (Org.) São Paulo: Summus, 2001. p. 39-64.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás